

SALVAGUARDAR E VALORIZAR O CONJUNTO ABALUARTADO DE ÉVORA: PATRIMÓNIO HISTÓRICO E MILITAR

Ana Teresa Graça de Sousa

CIDEHUS (Universidade de Évora) /CIEBA – Faculdade de Belas Artes da Universidade
de Lisboa

Doutoranda do Programa de História da Universidade de Évora – Bolseira do Programa

HERITAS – Estudos de Património

7005-000 Évora, Portugal

aana_sousa@hotmail.com

Salvaguardar e Valorizar o Conjunto Abaluartado de Évora: Património Histórico e Militar

Ana Teresa Graça de Sousa

Historial do artigo:

Recebido a 30 de abril de 2017

Revisto a 10 de maio de 2017

Aceite a 20 de maio de 2017

RESUMO

Este artigo visa dar a conhecer o sistema abaluartado construído no período moderno na cidade de Évora, que sucedeu aos seus anteriores recintos defensivos. Partindo da análise do sistema abaluartado europeu, que compreende diversas fases, é contextualizado o caso português e os paradigmas em torno da evolução deste sistema nesta urbe alentejana, salientando-se a importância da engenharia e da arquitetura militares no período moderno.

A questão da salvaguarda e valorização deste Conjunto ganha vida em termos construtivos e paisagísticos, de acordo com a legislação vigente em Portugal e com as recomendações definidas internacionalmente. Para a sua valorização propõe-se um conjunto de ações, das quais se destaca a idealização de um Centro Interpretativo, onde se disponibilizaria toda a informação relacionada com esta construção, bem como com outras fortificações alentejanas, todas inseridas na mesma história e contexto construtivo. Efetua-se ainda a sugestão de passeios pedestres e a realização de visitas todas as fortificações abaluartadas no Alentejo, partindo de Évora.

Palavras-Chave: Fortificação Abaluartada, Évora, arquitetura e engenharia militares, património militar, salvaguarda e valorização.

ABSTRACT

This article aims to make know the bulwark system in the fortification of Evora, built in the modern period, in relationship with the previous defensive systems of the city. Based on the analysis of the bastion system in Europe, comprising its various stages, the Portuguese case is contextualized, as the models that influenced the projects to Évora, stressing the importance of military engineering and architecture in the modern period.

The issue of safeguard and valorization of the entire system comes to life in terms of construction and landscaping, according with Portuguese legislation and recommendations, in an international level in the domain. To the valorization of the entirety bulwark system are

proposed some actions, especially the creation of an Interpretation Centre, where all the information related to this construction would be made available, as well as the would be about other fortifications of Alentejo, all inserted in the same history and constructive context. It's also suggested the realization of walks along the built space, and also the development of visits through the other fortifications of Alentejo, starting from Évora.

Keywords: Bastion Fortification, Évora, architecture and military engineering, military heritage, valorization and safeguard.

1. Contextualização histórica e construtiva do sistema abaluartado

No período moderno impôs-se na Europa, no que respeita à defesa, a fortificação abaluartada (1), também denominada de *traçado italiano*, fortificação em estrela e fortificação *à moderna*. Este tipo de arquitetura surgiu com o desenvolvimento da artilharia móvel, que tornou ineficaz o sistema tradicional de defesa.

Deu-se início à transformação das antigas defesas, apostando-se em estruturas baixas, aumentando a espessura das muralhas, substituindo torres de planta quadrada ou com ângulos facilmente danificáveis por torres redondas, criando terraplenos exteriores às muralhas. Nesta fase, as muralhas passaram a compreender em si a escarpa - face interior do fosso (2) da fortificação, perpendicular ao fundo -, o talude exterior - linha base da escarpa -, o alicerce, a camisa - parte sólida da muralha, à qual não corresponde a escarpa nem o talude -, a sapata - que excede as bases da camisa e do talude -, o cordão - adorno de pedra que se encontra por baixo do parapeito -, o parapeito de ronda - situa-se por cima do reparo com grossura conveniente e altura suficiente para cobrir dos tiros do inimigo -, o caminho de ronda - caminho entre o reparo e a margem interior do fosso -, os contrafortes - pilares interiores -, e a contramina - galeria subterrânea construída abaixo da mina inimiga (SOUSA, 2015: 171, 173-176, 179-180, 182, 186).

Também se elaboraram fortificações novas, partindo das linhas de tiro, dos princípios da cobertura e do tiro de enfiada (BUKAL, 1991: 53-60), variáveis tidas em conta a partir da pirobalística.

Numa fase inicial, a modernização das fortificações começou pela adaptação das já existentes, dado que com o seu número e extensão, teria sido muito custosa a sua substituição completa. O contínuo progresso técnico da artilharia também obrigou à renovação do traçado das muralhas, emergindo personalidades de relevo que começaram a teorizar e a conceber novos tipos de fortificações (KEMP, 2005: 87-89; CONDE, 2010: 247). Tais como Francesco di Giorgio Martini (1439-1501) (3), que dispunha engenhosamente os panos de muralha e os baluartes (4) da fortificação, com base numa geometria intrincada, raramente aplicada a outras formas de desenho arquitectónico (GUESS, 1998: 7; ADAMS, 2004: 305-316). Segundo Andrea Pirinu: “*Il bastione di forma pentagonale, collocato all'unione di due cortine, il cui sviluppo in lingghezza é determinato dalla portata delle armi da fuoco. Si trattava di un nuovo sistema di difesa, progettato da Francesco di Giorgio Martini e sviluppato poi dai Sangallo*” (PIRINU, 2013: 16).

Esta prática foi desenvolvida por Leonardo Da Vinci (1452-1519), cujos desenhos assentavam na trigonometria dinâmica, maximizando as linhas de fogo a partir dos baluartes e criando ângulos (FEHRENBACH, 2008: 89-90). Nesta matéria, também se destacou Filippo Brunelleschi (1377-1446), com o projecto do proto-baluarte da fortaleza de Vicopisano. Segundo Luís Sousa, esta intervenção possuía características do castelo medieval, embora com intervenção de elementos de transição, sendo que o referido proto-baluarte já se adaptava à pirobalística. Além disso, ao

seu engenho também se deveu a inovação do sistema de ponte levadiça, isolando partes estratégicas da zona fortificada (SOUSA, 2013: 69-70).

Neste contexto, nascendo a fortificação abaluartada na Itália, no final do século XV (VIGUS, 2013: 1, 3, 9), ela predominaria durante todo o seguinte e parte de Setecentos, abrangendo as Escolas Italiana - cuja principal preocupação era a proteção das cortinas (5) -, Holandesa - tinha como foco principal o fosso e planta estrelada - e Francesa - desenvolveu o pleno traçado abaluartado contra a artilharia.

A influência da Escola Italiana nas fortificações portuguesas é notória durante todo o século XVI. A Torre de Belém, de Francisco de Arruda, terá sido inspirada em Francesco di Giorgio Martini (BARROCA, 2003: 105), cujos escritos e desenhos que circulavam parecem ter influenciado a sua construção (6). As obras militares da primeira metade daquela centúria – castelo de Evoramonte, de Vila Viçosa e de Évora -, revelam igual influência, bem como muitas das fortificações da segunda metade do mesmo século (BARROCA, 2003: 102-109). Essa influência surge do ducado de Urbino, onde trabalharam engenheiros desta Escola, como Garcia de Bolonha, que veio a Portugal em 1528, Martinegro, em 1529, e de portugueses como Duarte Coelho, que esteve muito tempo em Itália. No reinado de D. Filipe I, entre 1580 e 1598, chegaram a Portugal engenheiros italianos, tais como Leonardo Turriano, Giovanni Vincenzo Casale, Alexandre Massai (7), Giovanni Battista Cairate, Giovan Giacomo Palearo Fratino e Tiburzio Spannocchi, que projetaram e trabalharam nas fortificações que o monarca mandou construir perante a ameaça inglesa: Vincenzo Casale e Alexandre Massai realizaram um estudo para melhorar o sistema defensivo da barra de Lisboa; Vincenzo Casale projetou as fortificações de Santo António do Estoril e de São Lourenço do Bugio, em Lisboa; Massai foi encarregue da construção do Forte da Ilha do Pessegueiro, do Forte de São Clemente e do Forte de Revelim; os projetos de Cairate incidiram sobre o Forte Jesus de Mombaça, Mascate, São Sebastião de Baçaim, Nossa Senhora da Conceição de Ormuz e fortaleza de Malaca; e Spannocchi projetou a remodelação da antiga Fortaleza de São João Baptista da Ilha Terceira.

Entretanto, a construção da cidadela (8) de Antuérpia pelos italianos Francesco Paciotto e Galeazzo Alghisi criou um modelo de fortificação militar que influenciou toda a Europa. Desde então, vários arquitetos pensaram, imitaram e levaram avante inovações técnicas que deram vida às duas maiores Escolas de fortificação da Europa.

Posteriormente, também os engenheiros holandeses elaboraram um grande número de fortificações com planta em estrela, muito regulares, com múltiplos fossos, quase sempre alagados e com obras de terra batida. O escalonamento em profundidade era assegurado por quatro linhas – caminho coberto, revelins (9) e sobrefaces (10), meias-luas (11) ou contraguardas (12), falsa braga (13) e corpo da praça. Existia a quase ausência de obras em alvenaria, pressupondo-se que as posições de artilharia ficassem a descoberto, considerando-se fortificações menos duradouras, mas mais fáceis de construir e de reparar.

A obra mais antiga da Escola Holandesa pertence a de De Fer, atingindo o auge com o barão Menno van Coehoorn, que elaborou dois sistemas distintos de traçado, marcados pela existência de saliências muito proeminentes - o primeiro sistema consiste numa planta simples e com poucas inovações no que diz respeito às novas fortificações (14), mantendo os ideais de De Fer; mas o segundo, bem distinto do primeiro, apresenta-nos fortificações bastante imponentes (15), marcando nitidamente o período pré-Vauban.

Contudo, foi a Escola Francesa que mais influenciou a refortificação do Alentejo, durante o século XVII. Uma das primeiras fases desta Escola teve forte influência italiana, através de Jean Errard de Bar-le-Duc, que publicou em 1594, o primeiro tratado francês de fortificação, *La*

Fortification Demonstrée, Antoine de Ville, autor da obra *Les fortifications du chevalier Antoine de Ville*, de 1640, e Pagan, que através da *Introduktion ad Architecturam Militarem*, em 1645, determinou com precisão as regras do traçado abaluartado, abrindo caminho a Vauban.

Foi Sébastien Le Prestre de Vauban (16) quem constituiu o auge desta Escola e desenvolveu o traçado abaluartado para melhor o preparar para a luta contra a artilharia. A obra de Vauban compreendeu a modificação e a construção de raiz de fortificações. Muitas delas consistiam numa linha dupla de fortificações abaluartadas para proteção da fronteira.

Neste contexto, durante o século XVII, com a Guerra da Restauração (1640-1668) houve um esforço significativo da Coroa portuguesa na modernização das fortificações raianas, na designada fronteira seca (COSTA, 2005: 2; LOBO 2008: 22-33), onde estiveram envolvidos muitos mestres e engenheiros militares estrangeiros. A influência destes foi relevante para o desenvolvimento teórico-prático dos seus aprendizes, pois tinham oportunidade de exercer o ofício no próprio local, de acordo com os mestres que os instruíam (CONDE, 2010: 248).

Neste período, o Alentejo beneficiou essencialmente da influência de engenheiros militares estrangeiros, nomeadamente de nacionalidade holandesa e francesa, tais como João Paschasio de Cosmander (1602-1648), Nicolau de Langres (1600-1665), Charles Lassart, Pierre de Saint-Colombe e Jean Gilot (1576-1642).

O holandês Cosmander era matemático, engenheiro militar e arquiteto. Em 1644, foi enviado ao Conselho de Guerra um documento seu, no qual constavam diversas representações respeitantes à fortificação das praças do Alentejo, onde pedia que se lhe desse a patente de coronel e nela se exaltassem os serviços prestados. Aconselhava que houvesse nas fortificações ajudantes e que se criassem no ofício sujeitos naturais do Reino, que o servissem melhor que os estrangeiros. Além disso, pedia que se lhe mandasse o coronel escultor flamengo da Corte, para com ele ajustar os lugares da raia e pôr em estampa as praças fortificadas, entre as quais se destacavam o Forte de Santo António, em Évora, e as fortificações de Estremoz, Olivença, Campo Maior, Castelo de Vide e Juromenha (VITERBO, 1988, vol. I: 234).

Entretanto, em 1644, Nicolau de Langres, o engenheiro mais influente na refortificação da fronteira alentejana (MOREIRA 1986: 70), servia como engenheiro ordinário encarregue de desenhar, erguer e reparar as fortificações. Por morte de Cosmander, sucedeu-lhe, tendo recebido a patente de Coronel Superintendente dos Engenheiros.

Numa carta de 17 de agosto de 1657, D. João IV deu ordem para que o Conde do Prado, do seu Conselho de Guerra, acompanhado por Nicolau de Langres, fossem assistir três ou quatro dias numa junta respeitante ao melhor acerto para as fortificações de Évora e Beja (BA, 51-VI-26 (132): 29).

No entanto, Langres passou a servir o inimigo, sob comando de D. João da Áustria, comandando a sua artilharia aquando do ataque de 1662 à Fortaleza de Juromenha, por ele projetada e construída (ANTT, Manus. Livraria, Nº 610: 183-184).

Por sua vez, o engenheiro militar Charles Lassart foi nomeado engenheiro-mor do Reino em 1642, examinando e emendando as fortificações do Alentejo. No ano seguinte, retirou-se da fronteira sem licença e, por isso, o Conselho de Guerra ordenou que assistisse na fortificação de Elvas (VITERBO, 1988, vol. II, 64).

Em 1657 efetuou um projeto para a fortificação de Évora, onde constavam baluartes reais. Contudo, em 31 de julho do dito ano, o projecto ainda não havia sido aprovado (BA, 51-VI-26 (132): 32).

Por seu turno, Jean Gilot veio para Portugal no início da Guerra da Restauração e foi encarregue de inspecionar todas as praças fronteiriças (VITERBO, 1988, vol. I: 423). Em 11 de setembro de 1647, Martim Afonso de Melo deu conhecimento da sua influência nas praças de Olivença e Juromenha (ANTT, Manus. Livraria, N. 610: 273v-274v). Destacou que com a perda de Cosmader sobrevinham muitos cuidados, particularmente ao que à vila de Juromenha dizia respeito, pois o inimigo desejava empreendê-la para ganhar Olivença, ficando-lhe caminho aberto para Vila Viçosa, Borba e outros lugares vizinhos (Id: 274). Desta forma, foi pessoalmente prover o estado da praça de Juromenha, analisando de que forma se lhe poderia acudir e remediar. Destacou Gilot para a dita tarefa, entregando-lhe o encargo da fortificação.

Entretanto, também Saint-Colombe executou diversas obras na província do Alentejo. Os seus desenhos para a fortificação de Évora resultaram numa discussão com Luís Serrão Pimentel (1613–1679), conhecida como a Resposta Apologética do Tenente General Pedro de Santa Colomba em defesa da sua planta de Evora ao papel de Luiz Serrão Pimentel Lente de Mathematica, datada de 26 de dezembro de 1661, da qual se efectuará uma análise mais adiante (BA, 51-VI-1: 93-96).

Desta forma, Luís Serrão Pimentel teve grande influência como Cosmógrafo-mor, Engenheiro-mor do Reino e do Exército do Alentejo e Tenente General da Artilharia. Recebeu formação no Colégio Jesuíta de Santo Antão, em Lisboa. Os trabalhos que efetuou na área da arquitetura militar, sobretudo no que refere à fortificação, capacitaram-no para leccionar Ciência Militar, Matemática e Cosmografia. Na sequência do seu desempenho, conseguiu a instituição da Aula de Matemática e Fortificação da Ribeira das Naus (17) (SOROMENHO, 1991: 3-4), a primeira escola de ensino militar especializado em Portugal (FERREIRA, 2009: 79).

Em 1662, esteve no Alentejo com o intuito de realizar também uma planta para a fortificação de Évora. Empenhou-se na realização desta obra, efetuando o projeto do Baluarte de São Bartolomeu (VITERBO, 1988, vol. II: 271): *“Na recuperação de Evora se encaminhar os aroxes da parte de S. Bartolomeo e Carmo athe se arrimarem as mantas na muralha, retirandose acabada a estas cortes, tornar o mesmo anno [1662] duas vezes a Evora a desenhar a planta para se por em execução a obra como tãobem a de Aviz”* (ANTT, Chanc. D. Afonso VI, L. 20: 129).

Foi também autor do *Methodo Lusitânico de Desenhar as fortificações das Praças Regulares e Irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à Architectura Militar*, publicada em 1680 (PIMENTEL, 1680). Foi o primeiro a tratar esta matéria em língua portuguesa, apresentando-se um novo método de fortificar.

Desta forma, depreende-se que a defesa da fronteira alentejana teve forte impulso do monarca D. João IV, a partir de 1640. Posteriormente, D. Afonso VI e D. Pedro II, prosseguiram estas obras de reforço. Contudo, a falta de dinheiro condicionou a continuação e conclusão de todas as obras.

Deste projecto de defesa englobavam-se as praças que se encontravam mais próximas da linha de fronteira, destacando-se Arronches, Barbacena, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Juromenha, Marvão, Monsaraz, Moura, Mourão, Ouguela e Serpa; bem como as mais afastadas, como Beja, Estremoz, Vila Viçosa e Évora.

Neste contexto, traça-se a evolução construtiva do conjunto abaluartado de Évora, que embora corresponda a um dos locais mais afastados da fronteira, se revelou de bastante importância na época.

2. Os projetos para a defesa de Évora no período moderno: debates e confrontos, modelos e paradigmas

A crescente preocupação com esta cidade está patente na carta de 27 de setembro de 1646, na qual D. João IV ordenou ao juiz de fora que retirasse mil réis dos rendimentos da cidade para a imediata reparação das portas e dos panos de muralha que acusavam roturas (ESPANCA, 1945: 72).

No final de 1648, Nicolau de Langres esteve em Évora, sob as ordens de André de Albuquerque, General de Artilharia, dando-se início a alguns baluartes, em 1651. No entanto, com a morte do príncipe D. Teodósio, em 1653, os estudos e as obras preliminares pararam, ficando estagnada a questão de defesa (BPE, Fundo Manizola, CXXII/1-12: 173 a).

Entretanto, Charles Lassart fez dois desenhos para a fortificação de Évora: no primeiro desenho, deu ênfase aos baluartes reais e às cortinas. Contudo, este projeto não passou do papel. No seu segundo desenho, idealizou meias-luas destacadas para a fortificação. Este projeto foi, igualmente, posto de parte.

Em 1657, a Rainha regente, D. Luísa de Gusmão, expressava o desejo de ver esta cidade fortificada. Foi novamente Langres quem ficou com a tarefa de tratar da fortificação, traçando uma planta de emergência, constante de baluartes atacados aos muros, com algumas obras cornas (18) de dilatado circuito.

Em setembro de 1659, Langres, já provido no lugar de engenheiro-mor, em substituição de Lassart, fez uma segunda planta das fortificações de Évora, semelhante aos princípios técnicos do anterior projecto, que apresentava duas obras cornas, cinco baluartes, três meios baluartes, dois redentes e uma frente abaluartada (MATTOS, 1956: 4), o que mereceu reparos do Conselho de Guerra, em 5 de novembro de 1659 (BA, 51-V-79: 35v). Contudo, apossando-se posteriormente da planta, Langres passou a servir o inimigo em abril de 1660 (ESPANCA, 1945: 74).

Faltando os planos definitivos para o prosseguimento das obras e impondo-se a alteração estrutural dos projetos, neutralizando os conhecimentos militares das vulnerabilidades de Évora, e estando o estado da guerra a evidenciar-se, tentou-se um novo projeto. Saint-Colombe realizou uma nova planta onde dominavam as meias-luas. Esta foi criticada por Luís Serrão Pimentel, em 1661, na já referida *Resposta Apologética* (BA, 51-V-1: 93-96).

Da leitura deste documento, denotam-se objecções de Luís Serrão Pimentel à prática de Saint-Colombe, nomeadamente “*que as meias-luas não se descortinão, sendo a mais essencial parte d’uma fortificação*” (Id.: 93v).

A esta objecção, Saint-Colombe respondeu que as meias-luas se defendiam umas às outras, embora “*obliquamente*”. Além disso, defendiam-se da muralha e barbacã (19) através da intervenção da artilharia, e pela linha fixante de um outro lanço de muralha e barbacã. Denota que as meias-luas por ele projectadas possuíam “*flancos legítimos capazes de artilharia a modo de baluartes; e as que não tem se defendem de mais a mais com flancos baixos corridos desde a frente das meias-luas até a barbacam*” (Id.: 95).

Luís Serrão Pimentel criticou também “*que as mais dellas tem ângulos de 60 grãos, que podem com facilidade ser cortados das baterias inimigas*” (Id.: 93v). Saint-Colombe considerou que seria menor inconveniente os ângulos terem 60 graus, do que não serem as meias-luas bem

defendidas. Sendo agudas dariam recíproca defesa umas às outras. Remata que *“e não me mostrará Luiz Serrão Pimentel que semelhantes angulos como o são todos os das praças de quatro baluartes, e outros muitos em praças irregulares se arrumassem com a facilidade que diz”* (Id.: 95).

Serrão Pimentel destacou ainda *“que o perfil é fora d’arte, e o fosso não tem mais que cinco pés de fundura que é muito pouco”* (Id.: 93v). Saint-Colombe alegou que: *“Se Luiz Serrão Pimentel considerara bem a variedade dos perfis que trazem os authores, e os que realmente se seguem quazi em todas as boas praças da Europa, não somente não achará que é o meu fora d’arte, mas que se prefere a todos os mais e particularmente na pratica das ditas praças”* (Id.: 95v).

Desta forma, ressalta que o parapeito seria mais forte. O facto de não ter dado mais de cinco pés de profundidade ao fosso, não significava que depois de concluído este não se pudesse afundar mais. Defende que *“ninguém ignora que quanto mais fundos são os fossos são melhores sendo defendidos dos flancos, como a Floriania de Malta que havendo principiado em pouca altura (...) se lhe tem aberto na rocha viva cento e oito pes de fundo”* (Ib.). Contudo, conclui que nas praças da província do Alentejo, essa questão traz grandes dificuldades, uma vez que *“Elvas sendo a mais perfeita, em muitas partes não chega a ter os cinco pes e em poucas passa delles; e em Olivença nunca chegou o fosso a ter os cinco pes em nenhuma parte”* (Ib.).

Serrão Pimentel rematou afirmando *“que sendo os muros de pedra e barro é notório que se arruinarão logo e serão de pouca resistência”* (Id.: 93v). Saint-Colombe explica que tem alcançado *“por experiencia que as obras de pedra e barro são boas, mais breves e mais baratas de todas, onde não falta a pedra, e não deixão de ser muito seguras sendo bem obradas”* (Id.: 95v).

Por último, Serrão Pimentel indicou que ele não considerou nas meias-luas os defeitos que notou nas obras cornas, devendo autorizar as suas obras com ideais de autores que lhe dessem crédito, sendo indigna a sua planta para Évora, como *“homem de tanto nome”* (Id.: 93v).

A esta última objecção, Saint-Colombe alega não ter considerado nas meias-luas os defeitos que notou nas obras cornas, por ser *“manifesto que onde estas servem depois de tomadas ao inimigo de um grande alojamento sem dar uma enxadada, são as outras barridas de modo dos tiros da praça em todas suas partes inferiores e exteriores”* (Id.: 95v). Desta forma, *“não pode o inimigo alojar-se n’ellas, senão derramando muito sangue e muito suor do corpo”* (Ib.).

Serrão Pimentel também propôs uma planta para esta cidade. No lugar da cidadela, projetou uma obra aberta para a praça, cuja defesa era menor (ESPANCA, 1945: 17). Defendia que o seu desenho tinha menor perímetro que o desenvolvido por Saint-Colombe, sendo mais arrojado por ser composto por baluartes reais.

Apesar da controvérsia, Pimentel viu a sua planta aprovada pelo Conselho de Guerra, retomando-se as rectificações e levantamentos de terras, em cumprimento do Decreto de 4 de maio de 1660, o qual proclamava a necessidade de Évora ser fortificada urgentemente (ESPANCA, 1945: 76).

O futuro monarca, D. Pedro II insistiu na conclusão dos baluartes e na conservação do que estava por acabar, sendo as obras de fortificação custeadas por ele, contribuindo a cidade apenas com o imposto criado voluntariamente. Logo a 21 de agosto de 1665, D. Pedro incumbiu D. Domingos de Gusmão, arcebispo da diocese, e D. Diniz de Melo e Castro, Conde das Galveias e Mestre de Campo General, como superintendentes dos trabalhos recomeçados. Em 26 de outubro de 1680, nomeou-se por técnico de engenharia militar e assistente permanente da fortificação de Évora, D. Diogo Pardo Osório, com o posto de sargento-mor (ESPANCA, 1945: 79).

Mostrando as suas intenções, a 20 de abril de 1682, D. Pedro II mandou que se redigisse um *Regimento para as Fortificações de Évora* (ANTT, Manus. Livraria, N. 1634(58): 239-245v), no qual demonstrava a vontade de defender os moradores de Évora (ESPANCA, 1966: 6), fortificando-a.

A superintendência das obras estava a cargo do já referido arcebispo da cidade, D. Domingos de Gusmão. Tinha quatro funções principais: conferir se as obras eram realizadas no tempo devido e ajustadas com a planta do engenheiro; realizar despachos dando aos engenheiros dinheiro pelas obras na forma dos contratos; elaborar mandados para que o tesoureiro tomasse conhecimento do que se despendia nas obras; e informar D. Pedro II do que seria necessário efectuar-se (SOUSA, 2016: 643).

D. Pedro II nomeou ainda um vedor para tratar dos negócios da fortificação. Este deveria ser “*peessoa de autoridade, respeito e inteligência*” (ANTT, Manus. Livraria, N. 1634(58): 239v). Pertenciam-lhe o expediente do negócio da fortificação e sua despesa, passar as ordens necessárias para as obras de empreitada, assinalar o tempo da arrematação e inspecionar as obras. Também competia às suas funções, mandar comprar os materiais necessários, aprovar os preços fixados e dar despachos para os pagamentos, inspecionar o Livro do Ponto e averiguar se o tesoureiro e o escrivão cumpriam as suas obrigações.

Era também obrigatória a existência de um tesoureiro, “*peessoa rica e abonada*” (Id.: 240). Este era eleito para servir três anos. No fim desse período, tinha de dar conta na Contadoria Geral de Guerra e lembrar o vedor de quais os provimentos necessários, num tempo devido, para que não houvesse falta de nada durante as obras (SOUSA, 2016: 644).

Nomeava-se ainda um escrivão da receita e despesa dos negócios da fortificação, sendo “*sujeito de autoridade, e capaz*” (Ib.). Contudo, para os trabalhos extraordinários era necessário um apontador, nomeado pelo arcebispo. Este deveria ser cuidadoso, inteligente e bem procedido “*por ser este ofício de muita confiança*” (Ib.).

Durante as obras desta fortificação seria necessária a existência de cinco livros, “*do tamanho, que parecerem necessários*” (ANTT, Manus. Livraria, N. 1634(58): 240v): um para a receita e despesa do tesoureiro; outro para a ementa com os empreiteiros e outras pessoas que fizessem obras na fortificação; o que incluía os contratos do registo de fianças; o do registo dos mandados e ordens; e um para o ponto dos oficiais que trabalhassem de empreitada. Estes livros eram numerados e assinados pelo vedor. Infelizmente, não se conhecem exemplares destes livros.

Segundo este *Regimento*, o arcebispo superintendente deveria visitar as obras quotidianamente. Enquanto isso, o vedor faria as suas visitas com muita cautela, inspecionando tudo o que achasse necessário. Já o engenheiro responsável, deveria assistir todos os dias às obras. Se estes dois últimos considerassem que os empreiteiros não estavam a cumprir o contrato e a própria planta, davam conta ao arcebispo para que as obras já efectuadas se fizessem emendar à custa dos próprios empreiteiros (Id.: 242).

Quando se acabasse algum baluarte ou cortina, o engenheiro deveria efectuar a sua medição com a assistência do arcebispo, vedor, escrivão e mestres da obra.

Apesar de o *Regimento* trazer regras essenciais ao avanço das obras na fortificação, a verdade é que em 1690, por falta de verba, as obras pararam e os fortins e baluartes, alguns inacabados e sem artilharia, principiaram a desagregar-se.

Deste modo, o Conselho de Guerra enviou a Évora alguns engenheiros, dos quais se destacam **Manuel de Azevedo Fortes**, José Vieira e José Gomes de Macedo, discípulos da Aula de

Fortificação. Estes apenas visitaram os redutos (20), pois havia falta de dinheiro, o auxílio da Câmara era pouco e apenas com promessas do monarca a obra não progredia.

Contudo, a crescente escassez de dinheiro para progredir com as obras fez com que esta parasse novamente e se viesse a arruinar nos princípios do século XIX.

2.1. O reforço abaluartado no período moderno em Évora – traçado efetivo

O Conjunto abaluartado sofreu demolições no séc. XIX, impostas pelo estilo de vida cada vez mais citadino. Dele subsiste a primeira obra militar completa da cidade, projetada por Langres, o Forte de Santo António, de planta estrelada.

Esboçado por Langres, na sua primeira fase entre 1650-1660, foi totalmente refeito depois das campanhas de 1663 sob superintendência do governador da cidade Agostinho de Andrade Freire (ESPANCA, 1966: 6).

O conjunto abaluartado constituiu um dos motivos pelos quais a UNESCO, em 1986, atribuiu à cidade a classificação de Évora como Património Mundial da Humanidade pela Unesco em 1986.

2.1.1. Forte de Santo António

Por volta de 1650, o Conselho de Guerra de D. João IV deu ordem para a edificação do Forte de Santo António com o intuito de proteger o Convento de Santo António da Piedade. O projecto inicial é da autoria de Langres, tendo depois sofrido alterações por Schomberg (ESPANCA, 1966: 16). O Aqueduto da Água da Prata atravessa o forte numa grande extensão, saindo deste na direcção a S. Bento de Cástris.

O seu plano atual foi traçado pelo General de Artilharia Agostinho de Andrade Freire, que o reformou depois de 1665, ficando pronto na década seguinte, sob a assistência de Luís Serrão Pimentel.

O acesso ao Forte faz-se pela rampa do revelim do lado Norte, defendido pelos flancos abaluartados, consistindo num quadrado de quatro baluartes reforçados, com presidio e claustro (**vd. Figura 1**). Conserva a porta primitiva de campanha, voltada ao lado setentrional, algumas guaritas angulares (de tijolo) e parte do fosso descoberto.

Todas as suas guaritas são diferentes. Tornando-o um exemplar único dentro desta tipologia arquitetónica.



Figura 1. Pano de muralha do Forte de Santo António. **Fonte:** Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.2. Forte dos Penedos

Também conhecido como Postigo ou Reduto dos Penedos, era uma obra exterior, menor, quadrada, de uma dimensão muito inferior ao Forte de Santo António. Situava-se no Rossio de São Brás, em terreno elevado, entre a Ermida de S. Sebastião e os Telhais, que estabeleciam os seus fogos com o Forte de Santo António (ESPANCA, 1945: 83). Constituía um reduto avançado e sentinela vigilante das estradas de Lisboa, Arraiolos e Estremoz, possuindo guarnição permanente em tempo de guerra.

2.1.3. Baluarte de São Bartolomeu

É composto por um redente de três pontas irregulares, que aproveita o câmor natural dos destroços da Ermida de S. Bartolomeu. Conserva poucos materiais originais da sua fundação, dado que foi destruído nos assédios de 1663 (ESPANCA, 1966: 17) e levantado de novo após a publicação do já mencionado *Regimento da Fortificação da Cidade de Évora*, em 1682. Contudo, o terramoto de 1755 voltou a danificá-lo grandemente (vd. **Figura 2**).

Em 1966, estava em avançado estado de degradação, sendo amplamente restaurado nas suas faces exteriores. Um ano depois, na sequência da implementação do *Plano de Desafrontamento da Muralha Medieval* e da abertura de novos lanços de via pública, a DGEMN, a Direcção de Estradas do Distrito e a Câmara Municipal, empreenderam a criação de um troço de estrada com início na porta de Avis, que indo terminar junto ao Baluarte de N.ª Sr.ª de Machede, atravessava a antiga horta de S. Bartolomeu, sacrificando os flancos deste Baluarte, separando-o da *cerca nova*.



Figura 2. Baluarte de São Bartolomeu. **Fonte:** Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.4. Baluarte do Príncipe

Este Baluarte liga-se, por cortina, no seu quadrante nascente, ao Baluarte do Conde de Lippe, tendo sido projectados por Langres. A sua construção iniciou-se em 1651, sob a assistência do príncipe D. Teodósio. Da análise do pano de muralha, constata-se a presença de diversas juntas de ampliação que indiciam a existência de fortificação avançada aos panos de muralha da *cerca nova*, o prolongamento das suas faces e do seu flanco esquerdo (LIMA, 1996: 62-63).

O baluarte é de construção sólida com cunhais reforçados por granito aparelhado e possui guaritas executadas em cantaria de granito, e um longo friso que acompanha pelo exterior o seu parapeito de tiro (**vd. Figura 3**). O seu terrapleno é ocupado pela Mata do Jardim Público, delimitada pelo cenógrafo italiano Cinatti em 1866, sendo a cava existente entre ele e o baluarte vizinho utilizada como Jardim e Parque Infantil.



Figura 3. Baluarte do Príncipe. **Fonte:** Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

Nas fotografias do projeto realizado pela DGEMN e pela Câmara Municipal, na década de 60 do século XX, constata-se a ausência de uma guarita, tendo sido reconstruída e adaptada ao baluarte. A sua construção não foi alterada, mantendo-se igual às restantes (SOUSA, 2015: 127).

2.1.5. Baluarte do Conde de Lippe

Construído no local da antiga porta do Rossio, a sua edificação é coeva da última fase de construção do baluarte do Príncipe (**vd Figura 4**). Com efeito, a sua construção é igualmente sólida, com os cunhais reforçados por granito aparelhado, possuindo três guaritas executadas em cantaria de granito, assim como um longo friso que acompanha, pelo exterior, o parapeito de tiro. É atravessado pelo troço inicial da Rua da República, que rasgou o seu terrapleno nos finais do século XIX.



Figura 4. Baluarte do Conde de Lippe. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.6. Baluarte do Picadeiro

Possui uma tipologia semelhante aos dois baluartes anteriores, pelo que será de uma época próxima. Foi projetado por Diogo Pardo de Osório, estando pronto em 1680 (ESPANCA, 1966: 17). A sua tipologia também se assemelha ao Baluarte do Assa, seu vizinho pelo lado esquerdo. Possui duas guaritas em cantaria de granito, assim como grande parte do friso boleado em cantaria de granito, que acompanha pelo exterior a base do parapeito de tiro. A guarita da **Figura 5** sofreu reparações em mármore, contrastando com o material granítico empregue na sua construção.



Figura 5. Baluarte do Picadeiro. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.7. Baluarte do Assa

O terraplano deste baluarte é ocupado pelo Hospital Distrital de Évora. Fica próximo do baluarte de Machede, pelo que terão existido obras exteriores intermédias de protecção à porta do Largo de Machede (LIMA, 1996: 65). O seu volume está muito dissimulado por sucessivos aterros provocados pelas obras de urbanização envolventes (vd. **Figura 6**). Além disso, já não apresenta guaritas estando os seus muros degradados.

Foi aberta uma rua pública na cortina que o liga ao baluarte do Picadeiro, junto do seu flanco direito.



Figura 6. Baluarte do Assa. **Fonte:** Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.8. Baluarte de Nossa Senhora de Machede

Foi executado em 1640-41, após a vitória de Lassart e Gillot (ESPANCA, 1966: 17). Encontra-se adossado à *cerca nova*, cujo aterro entaipou a antiga porta de Machede. A sua tipologia construtiva é diferente das restantes efectuadas em Évora, utilizando a taipa conjuntamente com a alvenaria de pedra e o tijolo.

Os panos da muralha são constituídos por cunhais em silhares de granito, alvenaria de pedra, ou alvenaria mista com tijolo e taipa (LIMA, 1996: 59).

Por ter uma tipologia mais rudimentar que os restantes baluartes projectados em Évora, este baluarte será nitidamente anterior aos tratados de fortificação portugueses, que vieram divulgar métodos mais rigorosos e científicos para desenhar as fortificações (**vd. Figura 7**), como é o caso do mencionado *Método Lusitânico* de Luís Serrão Pimentel, de 1680.



Figura 7. Baluarte de Nossa Senhora de Machede. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.9. Baluarte dos Apóstolos

Este baluarte protegia a horta dos Padres da Companhia, e parte dele foi delineada por Saint-Colombe pouco depois de 1660, tendo a última fase de construção em 1680 (ESPANCA, 1966: 17), mas nunca terá chegado, de facto, a estar completo. Apesar de só se ter conhecimento deste projeto de 1660, o seu estado já havia sido descrito a 18 de janeiro de 1624, em informação enviada pelo Conselho de Guerra ao monarca D. Filipe III: *“O Baluarte dos Padres da Companhia parece mais o fizeraõ para guarda da sua horta que para deffensa da Cidade, e saindosse fora e querendo que as paredes do seu jardim siruaõ de escarpa a esta praça”* (CÓRTEZ, 1984-85: 199).

Este baluarte encontra-se em estado de degradação, sofrendo quotidianamente com a ação do homem, sendo utilizado como estacionamento (vd. Figura 8). Está roto nos flancos e na linha bastionada que o ligava aos baluartes de N.^a Sr.^a de Machede e de S. Bartolomeu. Conserva, embora em lastimoso estado, parte da cortina frontal e parte do troço ocidental, sendo que grande parte da sua cortina foi suprimida.



Figura 8. Baluarte dos Apóstolos. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.10. As Cortinas

São os panos de muralha que ligam um baluarte ao seguinte. O conjunto abaluartado de Évora possuía seis cortinas: a primeira encontra-se no Jardim Público e ligava (e ainda liga) o baluarte do Príncipe ao do Conde de Lippe; a segunda percorre a Horta das Laranjeiras, e ligava o baluarte do Conde de Lippe ao do Picadeiro; a terceira percorre a zona entre o Hospital Distrital de Évora e o quartel dos Bombeiros Voluntários, e ligava o baluarte do Picadeiro ao baluarte do Assa; a quarta encosta-se ao Hospital Distrital de Évora, ligando o baluarte do Assa ao baluarte de Machede; da quinta cortina apenas restam alguns vestígios pertencentes ao Colégio do Espírito Santo e, ligava o baluarte de Nossa Senhora de Machede ao baluarte dos Apóstolos; existiria ainda uma sexta cortina, que ligaria o baluarte dos Apóstolos ao baluarte de S. Bartolomeu (ESPANCA, 1966: 17).

2.1.11. As Portas: elementos modernos na estrutura medieval

Na fortificação abaluartada um grande número de portas era prejudicial, querendo-se, por isso, o menor número possível. O lugar destas é nas cortinas, ficando bem flanqueadas.

Em Évora, existem portas que não estão relacionadas com o sistema abaluartado mas que foram inseridas no seu contexto: umas foram melhoradas e, outras suprimidas. Desta forma, não existe na cidade nenhuma porta *à moderna*. Subsistem sim elementos medievais a que se juntaram remodelações no período moderno.

As portas que sofreram alterações entre o século XVI e XVII foram as Portas de Avis, da Lagoa, do Rossio, do Rossio, da Mesquita e de Machede.

2.1.12. Porta de Avis

No século XVI, estava muito arruinada, pelo que foi reparada por ordem de D. João III. Sobrepujante, a população fundou a capela de Nossa Senhora do Ó, que sofreu grandes danos nos assédios de maio-junho de 1663, dando-se a reforma da porta e o seu alienamento como função militar, porquanto os engenheiros construtores da fortificação abaluartada abriram outra comunicação voltada ao lado setentrional (**vd. Figura 9**). Poderá existir a hipótese de esta porta ter sido aberta nesse mesmo ano, e entaipada a anterior.



Figura 9. Porta de Avis. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.13. Porta da Lagoa

Esta porta necessitava de embasamento em 1590, sendo entaipada dando lugar a uma nova porta, voltada a noroeste e aberta na muralha adjacente (ESPANCA, 1966: 11). As obras desejadas concretizaram-se ainda na mesma centúria.

Em 1619, com a visita de Filipe II e no ano de 1699, aquando da recepção à rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, a porta estava decorada com pinturas históricas e religiosas.

Muito atingida pela artilharia inimiga nos assédios de 1663, sofreu uma vultuosa reparação em 1696, data da atual tipologia do seu troço superior, com grillhagens de tijolo, e cobertura em quatro águas (vd. Figura 10).



Figura 10. Porta da Lagoa. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.14. Porta do Rossio

Situa-se junto ao local ocupado pelo Palácio Barahona. Manteve-se em funcionamento após a construção do baluarte do Conde de Lippe, uma vez que possuía uma abertura sobre o seu flanco esquerdo em posição muito próxima da cortina (vd. Figura 11). Junto a esta porta, estava a Capela da Nossa Senhora da Alegria, do século XVII.



Figura 11. Porta do Rossio. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.15. Porta do Raimundo

Esta Porta é um dos melhores exemplos existentes na cidade no que refere aos elementos do sistema abaluartado. Tem dois torreões laterais bem destacados das suas anteriores características. A Porta que se vê actualmente resulta do arranjo em cantaria executado pela junta Distrital de Évora, no final do século XIX (vd. Figura 12).



Figura 12. Porta do Raimundo. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.16. Porta de Mesquita

O arco desta porta vislumbra-se no preciso sítio do altar-mor da Igreja do Senhor Jesus da Pobreza de Évora. Sobre ele existe uma capela que parece ocupar o espaço da antiga Ermida de Nossa Senhora do Amparo (vd. **Figura 13**). O alienamento da porta verificou-se na segunda metade de Seiscentos, aquando da construção do baluarte do Assa, abrindo-se outra saída protegida por duas torres de cintura medieval, uma das quais estava artilhada em 1651 (ESPANCA, 1966: 13).



Figura 13. Porta de Mesquita. **Fonte:** Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.17. Porta de Machede

Foi entaipada com a construção do baluarte do mesmo nome. No entanto, é possível descortinar o sítio da porta, sob o espaço da antiga Ermida de Nossa Senhora da Natividade - do século XV (vd. **Figura 14**).

Acompanhando os terrenos envolventes podemos descortinar o traçado da cerca medieval já desaparecida, até ela se encontrar com o flanco esquerdo do baluarte de Nossa Senhora de Machede. A partir deste ponto reaparece a cerca, que segue em troços intercalados de repregas ao enfiamento da porta da Traição, e que com a construção do Colégio jesuíta foi inutilizada.



Figura 14. Porta de Nossa Senhora de Machede. Fonte: Fotografia de Ana Teresa de Sousa, 2012

2.1.18. Porta do Forte de Santo António

Apesar das expectativas de encontrarmos uma porta representante do sistema abaluartado, deparamos com uma porta remodelada numa época posterior (vd. **Figura 15**). Actualmente está embutida num muro anexado aos panos de muralha. Observa-se uma porta embutida em pedra e cal, decorada com um azulejo alusivo à Quinta da Piedade. Pouco ou mesmo nada resta da abertura original da fortificação, uma vez que no local não são visíveis quaisquer tipos de materiais que a interliguem com os utilizados nos panos de muralha, baluartes e guaritas.



Figura 15. Porta do Forte de Santo António. Fonte: Ana Teresa de Sousa, 2012

3. Salvar e Valorizar o Conjunto Abaluartado de Évora: Património histórico e militar

O Conjunto Abaluartado de Évora perdeu o seu significado defensivo e transformou-se numa delimitação entre o centro histórico da cidade e os seus subúrbios. Com as intervenções da DGEMN, nos anos 60 do século XX, o Conjunto Abaluartado passou a ter um significado contemplativo proveniente da ideia de património de engenharia e de arquitetura militares.

A metodologia deste artigo assenta na análise do Conjunto Abaluartado, incorporando o conhecimento sobre as modificações que o mesmo sofreu, permitindo valorizá-lo de forma integrada, não descurando o seu passado. A preocupação pela manutenção dos valores patrimoniais torna-se um objeto de responsabilização comum.

A complexidade dos princípios orientadores requer uma profunda reflexão e definição dos níveis da intervenção e dos cuidados a deter nas ações de recuperação de elementos patrimoniais com o objetivo de salvaguarda dos valores fundamentais que caracterizam o objeto a intervir. Ou seja, a adequação das metodologias de abordagem a este respeito devem revelar-se como um benefício cultural, com contributo para o valor histórico do conjunto.

Deste modo, pode dar-se continuidade ao conjunto patrimonial enquanto documento histórico, fundamental ao ato de salvaguarda. Contudo, esta continuidade deve ser claramente diferenciada do elemento preexistente, de modo a que se possa realizar uma identificação dos variados componentes constituintes do conjunto e da sua origem temporal.

Os princípios da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, revelam-se fundamentais para salvar este Conjunto, uma vez que este está cada vez mais ameaçado de destruição – e basta pensarmos nos Baluartes de São Bartolomeu e dos Apóstolos -, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida quotidiana que o poderá agravar ainda mais ou trazer alterações negativas. Além disso, a ruína deste património iria constituir um empobrecimento efetivo do património de todo o mundo, dado que a cidade é património da Humanidade.

Esta Convenção estabelece a existência de um Comité do Património Mundial que poderia realizar estudos sobre as patologias que envolvem o Conjunto, sejam eles artísticos, científicos, técnicos sugerindo ações de proteção, valorização e restauro. Além disso, ele poderá fornecer equipamento de que o Estado não disponha ou não esteja em condições de adquirir.

A recuperação e a valorização do Conjunto assentaria numa metodologia que apostasse na conjugação entre a reabilitação e a requalificação dos seus espaços envolventes. Com as intervenções de 2006 e 2007, o Conjunto passou a servir de ligação entre o centro e a zona extramuros, através dos percursos pedonais. Dever-se-iam realizar percursos semelhantes em torno dos troços que vão da porta do Rossio à de Machede e, ainda, em torno do Forte de Santo António. Deveriam ser tomadas ainda medidas que permitissem contemplar o Conjunto Abaluartado como um todo, melhorando-se o acesso pedonal ao centro histórico, fazendo com que algumas das Portas apenas permitissem percursos pedonais, pois o trânsito é um entrave à contemplação da verdadeira essência da área envolvente.

A transformação do Conjunto num polo ativo e atrativo implicaria ainda a condução de ações de divulgação de qualidade, umas destinadas ao grande público, outras destinadas a um público especializado, nunca esquecendo os cidadãos eborenses:

- a) Entre essas ações, a assumir em regime contratualizado com o município, organismos diversos da administração central e associações de defesa do património, parece essencial organizar percursos temáticos;
- b) Seria necessária a publicação de desdobráveis do Conjunto. Devendo ainda promover-se a publicação de livros, editando-se uma obra coletiva, em vários volumes, que abrangesse as principais fortificações da fronteira alentejana. Poder-se-iam também promover estudos específicos, de edição exclusiva da Direção Geral do Património ou por contratualização com a autarquia, associações e editoras;
- c) A divulgação nas redes sociais e na Universidade de Évora é crucial, promovendo-se vários estudos relacionados com o Conjunto;
- d) É também necessária a animação cultural do Conjunto Abaluartado, através de programas de animação, como concertos de música clássica e outros eventos, periódicos ou exclusivos, ou de referência a efemérides regionais. Visto que o Conjunto foi particularmente importante durante o período da Guerra da Restauração, poder-se-ia apostar na sua relação à história política da época, a nível local e regional;
- e) A disponibilização de placards informativos, junto a cada um dos troços do Conjunto, onde se referissem as suas dimensões, os materiais utilizados e a cronologia das intervenções;
- f) Criação de um percurso em redor do Forte de Santo António, tratando-se a sua zona envolvente, de forma a permitir atividades temáticas e a disponibilização de um placard com a planta do Forte e informação das suas dimensões, evidenciando-o de uma forma estruturada e integrando-o na paisagem atual. Para tal, seria importante o desenvolvimento de uma área pedonal, conciliando-se a cultura e o lazer.
- g) A Câmara Municipal de Évora poder-se-ia articular com os municípios envolventes, tais como Arronches, Barbacena, Beja, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Estremoz, Juromenha, Marvão, Monsaraz, Moura, Mourão, Ouguela, Serpa, e Vila Viçosa para que quem visitasse estas cidades, visitasse também a de Évora e vice-versa, uma vez que todas têm património militar de notável exceção.

Trata-se de disponibilizar o Conjunto Abaluartado como entidade viva, iniciando-se um programa que o relacionasse com a cidade e que também implicasse a recuperação e valorização do conjunto propriamente dito. O Conjunto tornar-se-ia mais dinâmico. A forma como se contaria a sua História, os eventos e as personagens relacionados, bem como a forma como se promoveria a interação com o visitante, proporcionaria um contexto único e diferenciador de aprendizagem e lazer.

O fator cultural é muitíssimo importante para a visita à cidade de Évora, sendo também um fator chave de competitividade e aumento da atratividade económica e social, definida como a oferta de experiências que conjugam aprendizagem com entretenimento e lazer.

Deste modo, o turismo é um excelente veículo para estimular a cooperação com o desenvolvimento sustentável da região em que esta se insere (21). Contudo, o aproveitamento dos recursos da região, sejam eles de qualquer índole, para fins turísticos, deve ser sempre devidamente ponderado, pois nem todos os recursos se prestam a uma exploração deste tipo e, no caso particular do património arquitetónico/monumental, há diversos aspetos a

considerar. Dado que esses recursos não serão suficientes para garantir o seu efetivo desenvolvimento, devem surgir à sua volta diversos serviços e infraestruturas, como o alojamento, a restauração, as atividades de animação e diversão, bem como os próprios serviços de informação turística. Só assim se poderá garantir uma procura constante que irá garantir a sobrevivência económica das atividades turísticas e da região em causa (PEREIRO PÉREZ, 2009).

3.1. Centro Interpretativo para o Conjunto Abaluartado de Évora

Com o Centro Interpretativo dedicado ao Conjunto, seria possível obter um espaço funcional, com capacidade para a receção dos visitantes (SOUSA, 2013: 104-113). Implementar-se-ia no Forte de Santo António, num edifício anexo ao Convento de Santo António da Piedade. A escolha do local prende-se pelo fato de ser um dos melhores exemplares de arquitetura abaluartada de que dispomos em Portugal. Além disso, dele privilegiamos de uma ótima vista sobre a cidade de Évora.

Dado que o Centro se situaria perto da fronteira entre Portugal e Espanha, pretender-se-ia que ele fosse um ponto de partida na divulgação do património arquitetónico/ militar transfronteiriço do século XVII. Desta forma, seria essencial a parceria com Espanha, por forma a proporcionar aos visitantes uma oferta integrada que possibilitasse um conhecimento mais completo dos eventos que rodeiam a construção deste Conjunto. Pretender-se-ia criar um Centro difusor, promotor de iniciativas que ultrapassassem as fronteiras da região.

Uma vez que o Centro teria como propósito difundir esta tipologia patrimonial, criar-se-iam iniciativas com vista à promoção do turismo na cidade e fora dela, com base nos princípios da Carta dos Itinerários Culturais, proporcionando-se visitas guiadas às zonas de fronteira.

Também funcionaria como ponto de informação sobre as zonas envolvidas na Guerra da Restauração, mas especialmente sobre Évora. Aqui se explicaria a história da arquitetura Abaluartada, o seu contexto e evolução, bem como o papel e influência das teorias de cada um dos engenheiros envolvidos na sua fortificação, entre os séculos XVI e XVIII, e as controvérsias que existem entre os projetos de cada um. Deste modo, seria neste Centro que as pessoas poderiam adquirir toda a informação que necessitariam, sendo preparadas para posteriores visitas ao Conjunto, quer fossem pessoas da cidade, quer fora dela. Pretender-se-ia também que os eborenses olhassem para o Conjunto de uma forma diferente daquela que certamente têm olhado, dado que convivem com o mesmo diariamente. Pretender-se-ia que eles distinguissem as diferentes épocas e que relembressem a história que nele está contida, não vendo as muralhas apenas como uma delimitação entre o centro histórico e os subúrbios.

4. Considerações Finais

A crescente preocupação de algumas populações, associações e entidades, relativamente ao património militar tem contribuído consideravelmente para a preservação deste tipo de património. No entanto, o sistema abaluartado de Évora é muitas vezes pouco considerado, e a maioria da população desconhece o facto de a cidade possuir três distintos sistemas defensivos. Assim, ressaltar a importância deste sistema abaluartado, remete para a própria valorização da cidade e para o seu desenvolvimento cultural, integrando-a numa rota de fortificações abaluartadas.

O papel do sistema abaluartado no Alentejo e a sua capacidade de valorização nas cidades atuais revelam a importância da sua recuperação e usufruto na perspectiva de projetos de desenvolvimento cultural. A existência deste tipo de sistema acrescenta ao valor do território onde se encontra, e a sua valorização através do Centro Interpretativo iriam permitir a atração de visitantes com diferentes objetivos, assumindo em primeiro lugar, um papel educativo e

pedagógico fundamental para a cidade de Évora. E em segundo lugar, uma capacidade de dinamização e incentivo para a atração de turistas que podem usufruir do espaço construído e do meio natural em redor, sendo relevante a revitalização do espaço envolvente ao Forte de Santo António.

NOTAS

(1) Fortificação guarnecida com baluartes, possibilitando o ataque do inimigo com disparos de flanco ou laterais, de modo a proteger as cortinas (SOUSA, 2015: 171).

(2) Profundidade aberta no terreno natural, ou feito artificialmente. A sua profundidade rodeava toda a praça exteriormente (PIMENTEL, 1680: 18).

(3) Como engenheiro militar executou projetos de fortificações para o Conde de Urbino, em 1460. Executou os primeiros exemplares de fortificações com planta estrelada e estudou as características das máquinas de guerra. Redigiu o *Trattato di Architettura, Ingegneria e Arte Militare*, em 1482, exercendo profunda influência na arquitetura do *Quattrocento*.

(4) Obras avançadas à linha fortificada, compostas por duas faces ou flancos (SOUSA, 2015: 172).

(5) Troços do reparo situado entre os flancos de dois baluartes (SOUSA, 2015: 175; PIMENTEL, 1680: 20).

(6) Apesar de não haver nenhuma construção idealizada por Martini que corresponda exatamente à estrutura da Torre de Belém, detetam-se pontos de contacto entre várias das suas propostas e a sua construção (BARROCA, 2003: 105).

(7) Alexandre Massai chegou a Portugal em 1589, acompanhado pelo seu tio, o Padre Giovanni Vincenzo Casale, com o intuito de fortificarem Lisboa. Em 1590, foi destacado para o Alentejo, onde desenvolveu grande número de projetos. E em 1617 iniciou as suas diligências pelo Algarve, verificando o estado das suas fortalezas (VITERBO, 1988, vol. II: 152-153).

(8) Praça menor, quadrada ou pentagonal que se erige no sítio mais conveniente da praça (SOUSA, 2015: 174).

(9) Obras menores, exteriores, com formato triangular. Fabricavam-se na parte exterior da praça, adossados aos troços mais fracos da cortina (PIMENTEL, 1680: 16).

(10) Consistem nas distâncias entre o ângulo exterior do baluarte e o flanco prolongado (PIMENTEL, 1680: 20-21).

(11) Obras menores, exteriores, destinadas a cobrir os ângulos salientes dos baluartes (PIMENTEL, 1680: 16-17).

(12) Obras exteriores destinadas a cobrir um baluarte ou um revelim (PIMENTEL, 1680: 18).

(13) Consistia num segundo muro que defendia o fosso (PIMENTEL, 1680: 17).

(14) Com base no seu primeiro sistema foram construídas Nijmegen, Breda, Bergen op Zoom e, Mannheim na Alemanha.

(15) Belgrado e Temesvar, na Europa de Leste, foram fortificadas segundo o seu segundo sistema.

(16) Tornou-se Marechal de França e Comissário Geral das Fortificações de Luís XIV.

(17) D. João IV fundou esta *Aula* a pedido de Pimentel, em 1647. Esta representava um passo decisivo na institucionalização da engenharia militar no contexto português. A regência da lição foi entregue a Pimentel, passando este a distinguir-se no ensino dos engenheiros militares.

(18) Obras exteriores, avançadas na campanha na zona mais vulnerável da praça, com dois lados longos designados por ramais, possuindo a frente provida com dois meios-baluartes (PIMENTEL, 1680: 16).

(19) Muro mais baixo que a muralha, constituído no exterior da cerca e próximo desta, formando uma nova cerca completa, destinada a uma primeira defesa (SOUSA, 2015: 173).

(20) São obras menores, quadradas, que se faziam nas trincheiras (PIMENTEL, 1680: 16).

(21) Neste contexto, já em 1976, na 4ª alínea dos princípios fundamentais da Carta do Turismo Cultural, se alertava para os malefícios de uma utilização desmesurada e inadequada do turismo. No mesmo ano, estabeleceram-se as recomendações de Nairobi para salvar os conjuntos históricos e a sua adaptação e reintegração na vida quotidiana.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, N. - **Knowing Francesco di Giorgio**. Torino: Il Contesto, 2004. Torino, p. 305-316.

BARROCA, M. J. - Tempos de resistência e inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). **Portugália**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 24 (2003), p. 95-112.

BUKAL, G. - On Relations Between Medieval and Modern Defensive Architecture. **Acta Universitatis Lodzianis: Folia Archaeologica** (1991). Vol. 14, p. 49-71.

CONDE, A. F. - **Alentejo (Portugal) and the scientific expertise in fortification in the modern period: the circulation of masters and ideas**. In INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR THE HISTORY OF SCIENCE, 4.º, Barcelona, 2010. Barcelona: Societat Catalana d'História de la Ciència y de la Tècnica, 2010, p. 246-252.

CÓRTEZ, F. - Subsídios Documentais para o estudo das fortificações de Évora e de outras Praças militares alentejanas nos inícios da Guerra da Restauração. In **A Cidade de Évora**. Évora: Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 1984. N.º 67-68, p. 195-231.

COSTA, F. D. - Interpreting the Portuguese War of Restoration (1641-1668) in a European Context. **E-JPH**. Vol. 3 (2005), n.º 1, p. 1-14.

ESPANCA, T. - Fortificações e Alcaidarias de Évora. In **A Cidade de Évora**. Évora: Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 1945. N.º 9-10, p. 41-90.

ESPANCA, T. - **Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1966. Vol. VII.

FEHRENBACH, F. - The Pathos of Function: Leonardo's Technical Drawings. In **Instruments in art and science: on the architectonics of cultural boundaries in the 17th century (Theatrum scientiarum)**. Berlim: Walter de Gruyter, 2008, p. 79-105. ISBN 13: 9783110202403.

FERREIRA, A. M. - **Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal**. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. Acessível na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

GUESS, A. - **The Machines of Francesco Di Giorgio: Demonstrations of the world.** 1998. Thesis in History and Theory of Architecture. Acessível em McGill University, Montreal, Canadá.

KEMP, M. - **Vida e Obra: Leonardo Da Vinci.** Lisboa: Editorial Presença, 2005. ISBN: 9789722334020.

LIMA, M. P. – **O recinto amuralhado de Évora.** Lisboa: Estar Editora, 1996. ISBN: 9728095201.

LOBO, F. S. - A defesa militar do Alentejo. In **Revista Monumentos**, Guimarães: IHRU. Nº 28 (2008), p. 22-33.

MATTOS, G. M. - **Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal.** Lisboa: CHM, 1956.

MOREIRA, R. - Do Rigor Teórico à Urgência Prática: A Arquitectura Militar. In **História da Arte em Portugal. O Limiar do Barroco.** Lisboa: Publicações Alfa, 1986. Vol. 8, p. 67-85.

PEREIRO PÉREZ, X. - **Turismo Cultural: uma visão antropológica.** Tenerife: Colección Pasos Edita, 2009. Vol. 1.

PIMENTEL, L. S. - **Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares fortes de campanha, e outras obras pertencentes à arquitetura militar.** Lisboa: Oficina de António Craesbeck de Mello, 1680.

PIRINU, A. - **Il Disegno dei Baluardi Cinquecenteschi Nell’Opera dei Fratelli Paleari Fratino: Le piazzeforti della Sardegna.** Borgo S. Lorenzo: All’Insegna del Giglio, 2013. ISBN: 9788878145962.

SOROMENHO, M. C. S. - **Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura.** Dissertação de Mestrado em História a Arte Moderna. Acessível na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

SOUSA, A. T. – **O Conjunto Abaluartado de Évora: Proposta de Salvaguarda e Valorização.** 2013. Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. Acessível na Biblioteca Geral da Universidade de Évora, Évora, Portugal.

SOUSA, A. T. – **O Conjunto Abaluartado de Évora.** Faro: Sílabas & Desafios, 2015. ISBN 978-989-99310-1-5.

SOUSA, A. T. - D. Pedro II e o Impulsionar das Fortificações em Portugal, Angola e Brasil: Regimentos e Aulas de Fortificação. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 2.ª, Porto, 2016 - “**Culturas Partilhadas**”. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. 2 vol, p. 641-652.

SOUSA, L. C. - **Escrita e Prática de Guerra em Portugal (1573-1612).** 2013. Tese de Doutoramento em História dos Descobrimientos e da Expansão. Acessível na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

VIGUS, R. T. - **Fortification Renaissance: The Roman Origins of the Trace Italienne.** 2013. Thesis to Master of Arts. Acessível em University of North Texas.

VITERBO, F. M. S. - **Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos e Engenheiros Portugueses.** Lisboa: Casa da Moeda, 1988. 3 vols. ISBN: 9789722700702.

FONTES DOCUMENTAIS

A respeito da resolução que se tomou sobre a Fortificação de Jerumenha: que se dá toda a Ordem para se começar a trabalhar. ANTT: Manuscritos da Livraria, nº 610, fol. 183-184. Portugal, Torre do Tombo.

Carta do Conde da Atouguia (com carta de Nicolau de Langres) sobre a alteração da planta de Évora. BA, 51-V-79, fol. 35v. Portugal, Biblioteca da Ajuda.

Carta sobre a assistência de Nicolau de Langres na fortificação de Évora. BA: 51-VI-26 (132), fol. 29, Portugal, Biblioteca da Ajuda.

Carta sobre a fortificação da cidade de Évora. BA, 51-VI-26 (132), fol. 32. Portugal, Biblioteca da Ajuda.

Documento do P. João Baptista de Castro sobre a Fortificação de Évora. BPE, Fundo Manizola, CXXII/1-12, fol. 173 a. Portugal, Biblioteca Pública de Évora.

Luís Serrão Pimentel desenha a fortificação de Évora. ANTT: Chancelaria de D. Afonso VI, Lº 20, fol. 129. Portugal, Torre do Tombo.

Sobre a Fortificação de Juromenha. ANTT: Manuscritos da Livraria, nº 610, fol. 273v-274v. Portugal, Torre do Tombo.

Regimento para a Fortificação da cidade de Évora. ANTT, Manuscritos da Livraria, nº 1634(58), fol. 239-245v. Portugal, Torre do Tombo.

Resposta Apologética do Tenente General Pedro de Santa Colomba em defesa da sua planta de Evora ao papel de Luiz Serrão Pimentel *Lente de Mathematica*. BA, 51-VI-1, fol. 93-96. Portugal, Biblioteca da Ajuda.